

A REVISTA CIDADES E A “NOVA ERA URBANA”

PAULO ROBERTO RODRIGUES SOARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE, AGOSTO DE 2024



Nos últimos 20 anos, vivemos grandes mudanças no mundo, na sociedade e no urbano. Nosso país também mudou. Foram mudanças significativas, as quais a Geografia brasileira e a revista *Cidades* acompanharam. Estamos chegando ao primeiro quarto do século XXI e o mundo vive uma “nova era urbana”, o momento da urbanização planetária contemporânea. Há uma diversidade de mudanças nos processos de produção do espaço cujas interpretações interessam aos geógrafos e geógrafas e outros cientistas sociais que lidam com o urbano.

Entre estas mudanças importantes na urbanização, podemos destacar a “metamorfose metropolitana” (Carlos De Mattos), a “metropolização do espaço” (Sandra Lencioni) e a “urbanização regional” (Edward Soja), ou seja, a formação de “cidades-regiões e regiões de cidades” e “megarregiões” urbanas integrando espaços urbanos de diferentes dimensões, morfologias e fluxos (de pessoas, matérias-primas, bens, capitais e informação).

A metropolização do espaço não se restringe às regiões metropolitanas, incorpora cidades médias, pequenas e o “mundo rural” hoje incorporando urbanidades em ruralidades (o “rururbano”?). Além disso, devemos considerar as “paisagens operacionais” da urbanização planetária, “infraestruturas sociais e técnicas entrelaçadas umas nas outras à escala planetária, procurando servir as principais operações industriais, logísticas e metabólicas que suportam e sustentam a vida urbana” (Neil Brenner).

Contudo, além das análises sobre urbanização, mudanças importantes ocorreram nos últimos vinte anos nas abordagens dos processos socioespaciais internos às cidades. O século XXI é marcado pela financeirização da economia capitalista, pela revolução tecnológica, pelas mudanças no mundo do trabalho (precariedade do trabalho) e pelo colapso dos aparelhos estatais de proteção social. Na produção do espaço, a hegemonia do capital financeiro-imobiliário, com a conversão da produção da cidade como circuito econômico principal e os processos de extensão do tecido urbano e gentrificação dos espaços interiores das cidades. Nosso tempo também é marcado por intensas lutas

urbanas, novos movimentos sociais urbanos que se espalham pelas metrópoles do mundo (da “Primavera Árabe em 2010, passando pelo Brasil em 2013, até o “estallido social” chileno em 2019), num movimento de “cidades rebeldes”: grandes mobilizações urbanas, intensos movimentos de multidões, com novos repertórios e formas de mobilização.

“Cada vez que a estrutura da sociedade e da economia muda, a questão urbana volta ao primeiro plano” (Bernardo Secchi). Neste caso, ela voltou a partir da exacerbação da fragmentação socioespacial, da polarização social, da precariedade do trabalho e dos processos de despossessão, com a expulsão das populações tradicionais e dos pobres de seus territórios de vida e identidade. A fragmentação socioespacial emerge como processo complexo e conceito-chave para a compreensão do urbano contemporâneo, embora se manifeste como multidimensional e polissêmico. Além disso, requer uma leitura específica em países de capitalismo periférico, como na América Latina, onde “clivagens de diferentes nuances e formas acentuadas de diferenciação e desigualdade trazem muitas tonalidades” ao processo (Eliseu Sposito e Maria Encarnação Beltrão Sposito).

A nova questão urbana é enquadrada por novas leituras do espaço social da cidade. Entre elas as leituras das “identidades”. Esta leitura aponta para a complexidade da cidade do ponto de vista de etnias, raças, gênero, grupos culturais, faixa etária (jovens, idosos), além da intercessão desses diversos componentes da identidade em distintos grupos sociais e territórios. Assim, expressões como cidades feministas ou de mulheres, territórios negros e outros territórios étnicos, territorialidades periféricas, lugares de identidade e pensamento decolonial passam a fazer parte da análise urbana. “A configuração da cidade é permeada por símbolos que estimulam o individualismo e reafirmam a continuidade da supremacia social e das hierarquias” (Joice Berth). Temas, questões, grupos sociais invisíveis ou negligenciados em muitas abordagens da “velha” questão urbana emergem nos estudos urbanos atuais.

Quanto ao planejamento urbano, ou ideias sobre a cidade e o urbano, novas abordagens remetem ao “Novo Urbanismo” que tenta superar o urbanismo funcionalista fordista de períodos anteriores. As ideias deste “novo” urbanismo apontam para a cidade à escala humana, para as pessoas (Jan Gehl). Proclamam a ideia de uma cidade de proximidade, do encontro de espaços de trabalho, residência e lazer, da multifuncionalidade dos espaços, e de um novo desenho de espaços públicos e habitacionais.

Na prática, porém, essas experiências ocorrem em espaços restritos das cidades e metrópoles, e não são generalizadas ao tecido urbano e a todos estratos sociais. Esses espaços de “qualidade” são direcionados por incorporadoras imobiliárias às classes média e alta. Os tempos e espaços de consumo (especialmente na América Latina) continuam fechados nos shopping centers, presentes por diferentes setores das metrópoles e hierarquizados de acordo com as camadas de renda do seu público e entorno. As áreas comerciais tradicionais (centros históricos) sofrem esvaziamento e degradação, reservadas ao comércio popular, à economia informal e à “espera” de políticas de gentrificação.

A pandemia de Covid-19 (2020-2021) impactou severamente os centros urbanos, com a desocupação dos espaços de trabalho, alterações na mobilidade urbana, além do telecomércio e outros serviços que se tornaram atividades na Internet. Hoje as áreas centrais sofrem um processo de desvalorização desafiador para urbanistas e planejadores urbanos e diversas análises a partir da geografia são desenvolvidas, configurando uma nova frente de pesquisa.

Finalmente, devemos nos referir ao cenário de mudanças climáticas e suas consequências aos estudos urbanos: o quanto as mudanças ambientais e sociais derivadas vão repercutir nos espaços e na produção das cidades. O quanto vão repercutir na vida das pessoas, especialmente os mais vulnerabilizados. E quais repercussões trará sobre o nosso olhar e na nossa interpretação dos fenômenos urbanos e processos socioespaciais. ■